

SOBRE A MORTE ESCRAVA NA JAMAICA

Broen, Vincent. *The Reaper's Garden: Death and Power in the World of Atlantic Slavery*, Cambridge MA, Harvard University Press, 2008, 340 p.

Bom saber que o paradigma da resistência escrava está vivo e passa bem. Este livro de Vincent Brown eleva-o a um novo nível de sofisticação, mesmo se o termo “resistência” é raramente empregado. O livro é também sobre dominação senhorial de classe, é claro, sem a qual a resistência faz pouco sentido. Brown escreve: “a análise do poder deve investigar o dominante e o subalterno no âmbito do mesmo campo de visão” (p. 9), um método que Eugene Genovese, já há tempos, insistia bastante em ver adotado pelos historiadores da escravidão. O título do livro, *The Reaper's Garden (O jardim do segador)*, alude ao campo fertilizado pela escravidão para a morte, o segador de vidas. O autor discute a política da morte e do morrer, das representações e dos rituais funerários na Jamaica, desde cerca de meados do século XVIII até o fim da escravidão nas colônias caribenhas britânicas, em 1838. “Política mortuária” é a expressão, na verdade, um conceito, que Brown, em suas observações iniciais,

mobiliza enfaticamente para definir seu objeto. Esta é, em outras palavras, uma “história política da morte” na Jamaica, que gira em torno de comportamentos diante da morte, destinados a produzir solidariedade grupal, administrar direitos de propriedade (legados e heranças), animar conflito e controle sociais, informar as moralidades coloniais, imperiais e abolicionistas, e representar os mortos em monumentos e outros artefatos culturais da memória coletiva.

Brown também investiga a demografia da morte, que era, junto com o trabalho escravo, a base material sobre a qual a política mortuária se fazia. Tanto brancos como negros dedicavam seus pensamentos e expressavam seus medos quando se confrontavam uns com os outros nos portos do trato de escravos, durante a travessia oceânica e nas fazendas, engenhos e cidades do Caribe. Esse circuito atlântico era uma conhecida sepultura para os europeus, que sabiam serem pequenas suas possibilidades

de retornarem para casa, mas também que as recompensas seriam grandes se sobrevivessem. Europeus morriam proporcionalmente mais que africanos escravizados, mas os africanos experimentavam os mais numerosos e os mais desesperados encontros com o segador, especialmente quando transportados nos porões insuportavelmente quentes, lotados, imundos e geralmente insalubres dos navios negreiros, o trágico “poço sem fundo”, na poderosa metáfora de “Redemption Song”, a canção de Bob Marley. Não surpreende que o navio negreiro fosse conhecido como *tumbeiro* no Atlântico português.

Escravos usavam rituais funerários para se reconectar com uma ancestralidade amputada, mas fundamentalmente para conectarem-se uns aos outros. Rituais da África Ocidental, tais como o interrogatório do cadáver, ou costumes, tais como o enterro perto de casa, foram reconstituídos sempre que possível, e receberam novos sentidos nas ilhas sob domínio britânico – sentidos que, entretanto, não se revelam inteiramente para o pesquisador. Decerto serviam para promover o sentimento de pertença ao grupo, mas Brown evita cuidadosamente o conceito de identidade coletiva, que tem sofrido ataques por ser — quando não essencialista — muito vago, muito amplo, quase inútil, como querem alguns. Seguindo a teoria da criouliização, a etnicidade africana *per se*,

mesmo aquela que se entende como reconstituída, fluida e abrangente, não se prestaria a escrutínio minucioso. Mas Brown evita o confronto teórico explícito com autores não-crioulistas, como Mônica Schuler, por exemplo, que estudou as revoltas escravas jamaicanas na chave da identidade coromanti. Os africanos aparecem aqui e ali no livro de Brown como ibo, coromanti, ou de modo mais vago como originários da África Ocidental ou da Centro-Ocidental, de onde teriam trazido cosmologias que foram em grande medida reencenadas no Novo Mundo. O esforço principal do autor, porém, não é vincular rituais mortuários a origens africanas específicas, mas antes decodificar os quebra-cabeças culturais afro-jamaicanos. Algumas vezes, entretanto, ele acata pontos de vista afrocêntricos, por exemplo, ao adotar a famosa leitura que Robert Farris Thompson fez da cruz como um símbolo da cosmologia banto. Esta e outras referências, reduzidas na sua maioria a citações em notas, sugere que Brown é um historiador da criouliização aberto à negociação com o lado oposto.

Brown argumenta, entretanto, que a criouliização operou em ambas as direções, transformando tanto africanos quanto europeus, jamaicanos negros e brancos. Os costumes funerários ingleses, assim como muitos outros rituais da vida, eram mobilizados para promover a solidariedade da classe

dominante e a “supremacia branca”, mas os senhores muitas vezes usavam escravos africanos como uma força de trabalho mortuária, que terminava por infundir nos ritos finais significados especificamente afro-jamaicanos. Negociações pessoais, que eram também negociações culturais, precediam os funerais e se revelavam em testamentos deixados por senhores e/ou amantes brancos que podiam beneficiar escravos com a liberdade e bens, especialmente mulheres. O capítulo dedicado a esse tema mostra em grande detalhe o quanto os executores dos testamentos podiam ser lentos ou completamente negligentes em cumprir os últimos desejos de falecidos brancos que favoreciam negros vivos. Os testamenteiros brasileiros não pareciam ter o mesmo poder que seus equivalentes do Caribe inglês.

Outra questão que pede um esforço comparativo é a de saber por que a classe senhorial jamaicana foi tão mortalmente brutal ao punir rebeldes escravos, não apenas em termos do número de suspeitos sumariamente mortos ao cabo das insurreições, mas em termos das formas cruéis usadas para matar e o tratamento a que submetiam seus cadáveres. Com apenas quatro anos de diferença, a guerra batista de 1831-32 e a rebelião malé de 1835 na Bahia são casos em pauta. A rebelião baiana, que causou cerca de uma dúzia de mortes entre os adversários dos rebeldes, números

comparáveis com as baixas jamaicanas, resultou na execução, por um pelotão de fuzilamento, de quatro africanos, sendo seus cadáveres em seguida enterrados numa cova comum em um cemitério de indigentes no Campo da Pólvora. Os rebeldes baianos foram bastante maltratados, mas nada comparável com o que sofreram os rebeldes brancos jamaicanos após perderem a guerra batista: mais de trezentos escravos foram executados, muitos antes torturados barbaramente, e depois esquartejados, suas cabeças enfiadas em postes ao longo das estradas. Lembra, é claro, o que se fazia com seus rebeldes – e não só os escravizados — no Brasil colonial, mas depois de 1822 se aboliram tais práticas como incivilizadas. Enfim, precisamos melhor entender, comparativamente, como e por que classes senhoriais, estados coloniais e pós-coloniais se diferenciaram em suas políticas de morte e terror diante de escravos rebeldes.

O tratamento dado por Brown à revolta de Tacky e à guerra batista é fascinante enquanto narrativa de duas diferentes gerações de rebeldes escravos, uma nascida na África, a outra, crioula, as quais, para suplantar a escravidão, mobilizaram durante a luta perspectivas consideravelmente modificadas do mundo espiritual, das relações com os mortos e da vida após a morte. Escravos que se tornaram cristãos nas décadas de 1820 e 1830

pareciam ter mudado (ou “crioulizado”) suas estratégias de confronto mais do que seus senhores haviam mudado suas estratégias de dominação, apesar das pressões sobre estes exercidas por parte do governo e dos abolicionistas na Inglaterra, homens e mulheres que denunciaram insistentemente a licença para matar exercida por senhores e traficantes.

Ainda sobre o tema da resistência escrava, algumas coisas são difíceis de provar, por mais que saibamos que deviam estar por ali em algum lugar. A revolução haitiana causou tremendo impacto sobre a escravidão nas Américas, e nas ilhas do Caribe acima de tudo. Muitos senhores fugiram da colônia francesa rumo à Jamaica, na companhia daqueles escravos que ainda conseguiam controlar. Esses escravos, embora oriundos de uma colônia onde a Igreja e a doutrinação cristã eram bem deficientes – os senhores não gostavam da idéia de cristianizá-los – haviam, de alguma forma, sido expostos ao catolicismo, uma religião que, em sua versão predominantemente barroca, incluía rituais funerários e escatologias muito mais próximas das africanas do que se vê nos vários ramos do protestantismo. Apesar das recomendações do Concílio de Trento, por exemplo, católicos em todo o mundo apreciavam enterros dentro das igrejas, o que colocava o morto em contato diário com os vivos, algo familiar aos africanos

tanto em suas terras de origem como nas terras onde desembarcaram escravizados. Mas o que sabemos sobre escravos haitianos católicos na Jamaica, ou sua contribuição para a dinâmica da crioulização jamaicana? Imagina-se que escravos haitianos imigrados tenham causado algum impacto sobre a política funerária local, mas a evidência é escassa. Brown debate-se com o tema e escreve sobre a “poderosa influência” da revolução haitiana sobre o cristianismo dos escravos jamaicanos, mas duas páginas depois admite que os “negros franceses” tiveram apenas “alguma influência religiosa”, sobre a qual ele descobriu apenas “pistas”. Imprecisões como esta são raras neste livro maravilhoso que, vigorosa e definitivamente, coloca as atitudes diante da morte, um tema deveras negligenciado, no mapa da história política e social da escravidão nas Américas, e da resistência escrava em particular. Além de estudo original, *The Reaper's Garden* é leitura absorvente, não apenas pelas cuidadosas opções estilísticas do autor, mas porque concebido na forma de um libelo apaixonado contra a exploração e a miséria humanas sob a escravidão e além dela. Definitivamente, não é uma obra fria sobre a morte escrava.

João José Reis

Departamento de História
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil
<jjreis@ufba.br>